


## TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### OUTSOURCING AND PRECARIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW

### TERCERIZACIÓN Y PRECARIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR EN BRASIL: UNA REVISIÓN DE LITERATURA

**Josemberg Moura de Andrade** 

Universidade de Brasília, UnB  
Brasília, DF, Brasil

[josemberg.andrade@hotmail.com](mailto:josemberg.andrade@hotmail.com)

**Kaline da Silva Lima** 


Universidade Federal da Paraíba, UFPB  
Campina Grande, PB, Brasil

[kaline.s.lima@hotmail.com](mailto:kaline.s.lima@hotmail.com)

**Hemerson Fillipy Silva Sales** 

Universidade Federal da Paraíba, UFPB  
Campina Grande, PB, Brasil

[fillipysilva@hotmail.com](mailto:fillipysilva@hotmail.com)

**Thais Fernanda Leite dos Santos Souza** 

Conselho Regional de Psicologia, CRP 13  
João Pessoa, PB, Brasil

[thaisfernandaleite@yahoo.com.br](mailto:thaisfernandaleite@yahoo.com.br)

**Resumo.** Este artigo teve como objetivo apresentar uma revisão da literatura a respeito da terceirização e precarização do trabalho do professor universitário no Brasil. A prática da terceirização no ensino superior já vinha sendo realizada ilegalmente em nosso país, entretanto, este tema traz grande repercussão política, social e educacional após a aprovação do projeto de lei que autoriza o trabalho terceirizado em todas as esferas, votado pelos deputados federais no dia 22 de março de 2017. Trabalhos dos últimos 10 anos foram investigados em bases de dados, como Scielo, LILACS e Pubmed. Um total de 16 trabalhos que abordaram as relações entre terceirização e precarização do professor universitário foram selecionados. Contudo, apesar da literatura escassa, os estudos enfatizaram aspectos relevantes por evidenciarem unanimemente que esta prática promove desânimo, desmotivação, desvalorização, acumulação de funções, além de diversos fatores que contribuem para o adoecimento. Desta forma, torna-se imprescindível que este tema seja levado a diante em estudos posteriores, que ofereçam melhor compreensão deste tipo de modelo contratual em atividades docentes e seus respectivos prejuízos nas relações e condições de trabalho, na qualidade de vida, na saúde mental e no processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras chave:** terceirização; precarização; ensino superior.

**Abstract.** This article aimed to present a review of the literature regarding the outsourcing and precarization of university professors' work in Brazil. The practice of outsourcing in higher education had been carried out illegally in our country, however, this theme brings great political, social and educational repercussion after the approval of the bill, which authorizes outsourced work in all spheres, voted by the federal deputies in the March 22, 2017. Works over the last 10 years have been investigated in databases such as Scielo, Pepsic, LILACS. A total of 16 papers that dealt with the relationships between outsourcing and precariousness of the university professor have been selected. However, despite the scarce literature, the studies emphasized relevant aspects because they unanimously evidence that this practice promotes discouragement, demotivation, devaluation, accumulation of functions, and several factors which contribute to illness. Therefore, it is essential that this theme be carried forward in later studies which offer a better understanding of this type of contract model of teaching activities and their respective impairments in working relations and conditions, quality of life, mental health and in the teaching-learning process.

**Keywords:** outsourcing; precariousness; higher education.

**Resumén.** Este artículo tuvo como objetivo presentar una revisión de la literatura acerca de la tercerización y precarización del trabajo del profesor universitario en Brasil. La práctica de la tercerización en la enseñanza superior ya venía siendo realizada ilegalmente en nuestro país, sin embargo, este tema trae gran repercusión política, social y educativa tras la aprobación del proyecto de ley que autoriza el trabajo tercerizado en todas las esferas, votado por los diputados federales en el 22 de marzo de 2017. Los trabajos de los últimos 10 años fueron buscados en bases de datos, como Scielo, LILACS y Pubmed. Un total de 16 trabajos que abordaron las relaciones entre tercerización y precarización del profesor universitario fueron seleccionados. Sin embargo, a pesar de la literatura escasa, los estudios enfatizaron aspectos relevantes por evidenciar unánimemente que esta práctica promueve desánimo, desmotivación, desvalorización, acumulación de funciones, además de diversos factores que contribuyen a la enfermedad. De esta forma, se vuelve imprescindible que este tema sea llevado adelante en estudios posteriores, que ofrezcan mejor comprensión de este tipo de modelo contractual en actividades docentes y sus respectivos perjuicios en las relaciones y condiciones de trabajo, en la calidad de vida, en la salud mental y en el proceso de enseñanza-aprendizaje.

**Palabras clave:** tercerización; precarización; enseñanza superior.



## INTRODUÇÃO

O mercado de educação superior vem mudando desde a década de 1990, configurando-se em um cenário altamente mercantilizado, heterogêneo e diversificado (CALDERÓN, 2013; CALDERÓN; LORENÇO, 2009). Devido ao pragmatismo econômico, a gestão universitária tem objetivado garantir a saúde financeira e a sobrevivência institucional, comparando-se, deste modo, as instituições aos empreendimentos empresariais que precisam constantemente aprimorar-se para obter um bom desempenho no mercado competitivo (CALDERÓN, 2013).

Em um estudo realizado por Serafim (2011), são apresentadas as características gerais dos debates sobre o processo de mercantilização das Instituições de Educação Superior (IES) nos EUA, na Europa e na América Latina. A autora parte da compreensão de que esse processo foi aprofundado e acelerado pela nova fase do capitalismo e pela ascensão do neoliberalismo. Portanto, a reforma neoliberal aprofundou a relação das IES com o mercado.

De acordo com Anes (2016), neste projeto neoliberal, o docente tem sido cada vez mais destituído da habilidade reflexiva e investigativa. Observa-se uma prática reprodutivista, fragmentada e descontextualizada da realidade social e política. Desta forma, a autonomia do professor universitário está se reduzindo às variadas formas de exploração, enquanto em seu trabalho tem sido agregado aumento da carga horária de trabalho e o estabelecimento de subcontratações.

Esse processo operacionalizado nas universidades tem sido identificado por diferentes rótulos: nos EUA como “capitalismo acadêmico”, na Europa como homogeneização da educação superior e na América Latina como mercantilização e comoditização da educação superior pública (SERAFIM, 2011). Como pode-se perceber, as IES passam a ser cada vez mais simpatizantes da lógica “pró-mercado, pró-desburocratização, pró-sistema de avaliação utilitarista e quantitativo, pró-ranking, pró-valorização da relação IES-empresa, pró-flexibilização do trabalho etc” (SERAFIM, 2011, p. 247).

Segundo Danelon (2015), no Brasil, a terceirização no ensino superior tem sido incorretamente aplicada por muitas empresas, excepcionalmente como um meio de reduzir custos com pessoal, já que o uso da tecnologia da terceirização representa uma possibilidade de “driblar” os altos encargos sociais e “flexibilizar” a legislação trabalhista brasileira, instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Serafim (2011) fornece o exemplo da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), na qual se aplica a contratação de pessoal para serviços gerais, limpeza, segurança etc. Ao contrário do que se dizia, as terceirizações deixaram de estar apenas em atividades-meio, mas também nas atividades-fim. A Universidade avançou nas terceirizações via Fundação da Unicamp (Funcamp) no sentido de terceirizar até a contratação de pesquisadores (MARCELINO, 2008; SERAFIM, 2011).

De acordo com esses dados, Sguissardi, Segrera e Rivarola (2010) argumentaram que enquanto a graduação passa pelo processo de mercantilização, as universidades de pesquisa (pós-graduação) passam por um processo de intensificação e precarização do trabalho docente. A academia, segundo os autores, vem passando por uma crise da profissão acadêmica e o produtivíssimo acadêmico, fomentado pelos modelos de avaliação implementados na América Latina, sendo um fator importante na intensificação e precarização do trabalho dos professores universitários.

Neste meio, o trabalho docente está sendo marcado, até então, pela existência de recursos humanos precarizados, através de modelos contratuais, comprovadamente voltados a burlar as leis trabalhistas, visando reduzir os custos operacionais, principalmente das instituições particulares. A prática gerencial não somente infringe a lei, mas também coloca em risco a busca permanente pela qualidade do ensino (CALDERÓN, 2013).

A terceirização do trabalho docente ocorre por meio de cooperativas de mão de obra. Nesta forma contratual, o docente se considera um profissional autônomo, um empreendedor 'liberal', “sócio” da cooperativa que deve investir em seu próprio aprimoramento. Entretanto, na realidade, não possuem vínculo empregatício com a cooperativa de trabalho nem com a IES em que lecionam. Além disso, são totalmente desamparados pela legislação trabalhista, sendo, portanto, uma modalidade contratual questionada sobre a sua legalidade (CALDERÓN, 2013; CALDERÓN; LOURENÇO, 2009).

Com a aprovação do projeto de lei que autoriza o trabalho terceirizado, votado pelos deputados federais no dia 22 de março de 2017 e sancionada pelo Presidente da República no dia 31 de março de 2017, haverá uma tendência de ampliação de tal prática, agora apoiada pela lei. A partir de agora, a terceirização se aplicará a qualquer área de trabalho, inclusive as atividades-fim (BRASIL, 2017).

A terceirização irrestrita proposta, conforme Dionísio (2016) já atinge mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros, número este que só tende a aumentar após esta aprovação definitiva do projeto.

Aponta-se, sobretudo, para a inconstitucionalidade do projeto, visto que é uma ameaça aos direitos fundamentais e sociais consagrados pela Constituição Federal de 1988. Deste modo, pode-se assumir no país efeitos sociais causados pela incidência de tal prática, cujas características principais são a baixa remuneração, e a alta rotatividade, quando comparados aos contratos diretos, nos moldes da CLT. A terceirização no Brasil representa, portanto, a possibilidade de total esvaziamento do direito ao trabalho, que tem intrínseca relação com a efetivação dos princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro.

De acordo com Graça (2016), há uma indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, comprovada por indicadores que trazem as condições de trabalho mais precárias dos terceirizados. A terceirização acarreta alterações nas atividades e contextos de trabalho que impactam na saúde do trabalhador (MANDARINI; ALVES; STICCA, 2016). No que tange a saúde do trabalhador, a terceirização tem levado a um aumento na incidência de acidentes de trabalho, inclusive com vítimas fatais. Segundo a autora, legalizar a terceirização significa legitimar o uso predatório da força de trabalho, desrespeitar os limites físicos, expor a riscos e regredir às formas de trabalho que transgridem a condição humana.

Não existem dados oficiais sobre o quantitativo de professores cooperativados, mas a Federação das Cooperativas Educacionais de São Paulo aponta a existência de mais de 15 mil professores somente no estado de São Paulo (CALDERÓN, 2013). Neste sistema, a contratação do professor se faz por meio do regime 'horista', o pagamento restringe-se às aulas ministradas sem direito a licenças, férias, 13º salário e outros benefícios legalmente assegurados. O professor não tem tempo para o desenvolvimento de pesquisa ou maior dedicação às atividades pedagógicas, vendo-se, portanto, obrigado a exercer a docência em mais de uma instituição para sobreviver às flutuações semestrais da sua carga horária de trabalho, definida com base no número de alunos matriculados a cada semestre (CALDERÓN, 2013; CALDERÓN; LOURENÇO, 2011).

Diante das considerações abordadas, indaga-se: Quais as condições de trabalho do professor docente terceirizado e quais as consequências de tal prática na vida do indivíduo? O presente estudo objetiva responder à essas questões por meio de uma análise da produção científica acerca da terceirização e precarização do trabalho docente no Brasil.

## METODOLOGIA

Para cumprir com objetivo proposto, consideraram-se artigos, teses e dissertações dos últimos 10 anos, contemplando assim pesquisas desenvolvidas desde o ano de 2007 até março de 2017. Utilizaram-se das seguintes bases de dados eletrônicas: Scielo, Pubmed, LILACS, Google acadêmico e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores de busca utilizaram foram: “precarização”, “terceirização” e “ensino superior/educação superior”. Quanto aos critérios de exclusão, foram recusados todos os documentos que estivessem em duplicata entre as bases digitais, que não compreendessem todos os descritores de forma central no estudo, ou que somente fizesse alusão às terminologias sem relacioná-las diretamente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procurou-se contemplar a totalidade da literatura nacional, no que diz respeito às pesquisas que tratam da temática da terceirização e precarização do ensino superior. Com base na busca realizada, foram selecionadas 16 produções, quantitativo detalhado na Tabela 1.

**Tabela 1.** Bases de dados e quantitativo de artigos selecionados

Bases de dados	Encontrados	Excluídos	Selecionados
Scielo	82	78	4
LILACS	12	12	0
Pubmed	10	10	0
BDTD	7	4	3
Google Acadêmico	4.040	4.030	9
<b>Total</b>	<b>4.151</b>	<b>4.135</b>	<b>16</b>

Fonte: Autores.

Dentre os trabalhos selecionados, observa-se que são poucos os estudos que se debruçam sobre a relação entre a terceirização e precarização no ensino superior. As produções divergiram quanto aos procedimentos de coleta da informação, como está sumarizado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Procedimentos de pesquisa aplicados

Procedimentos de pesquisa	n.
Pesquisa Bibliográfica	7
Pesquisa Documental	3
Pesquisa de Campo	5
Estudo de Caso	1
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: Autores.

Todos os estudos foram de natureza qualitativa, sendo a maioria pesquisas bibliográficas. As Pesquisas documentais foram realizadas em sites, boletins, atas de reuniões, convenções coletivas, e-mails e manifestações sindicais. Os estudos de campo ocorreram através de entrevistas diretas com os próprios professores, já o estudo de caso se refere a análise de casos concretos que envolveram a atuação da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e outros órgãos do Poder Público. Os estudos remanescentes são sumarizados em ordem cronológica na Tabela 3.

**Tabela 3.** Trabalhos acerca da Terceirização e Precarização no Ensino Superior entre 2007 e 2017

Autoria	Título
1. Calderón et al. (2008a)	Terceirização na educação superior: o trabalho do docente por meio de cooperativas de mão-de-obra
2. Calderón et al. (2008b)	Educação superior: o sindicalismo e as cooperativas de professores
3. França (2008)	O ensino superior e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho: o impacto da precarização nas relações de trabalho dos docentes no ensino superior em Uberlândia-MG
4. Marcelino (2008)	Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil
5. Oliveira e Gonçalves (2008)	Precarização do trabalho docente na Argentina, Colômbia e Brasil: um estudo comparado
6. Oliveira (2008)	Cooperativas de Trabalho de Professores no Ensino Superior Privado na cidade de São Paulo. Uma forma de precarização o trabalho docente (1994 - 2005)
7. Calderón e Lourenço (2009)	Ensino superior particular: terceirização e exploração do trabalho docente
8. Calderón e Lourenço (2011)	Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente
9. Serafim (2011)	O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina
10. Raffa et al. (2012)	Precarização do trabalho docente: descompassos da administração de instituições privadas de ensino superior
11. Santos (2012)	A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças
12. Danelon (2015)	Implicações do processo de terceirização da prática docente à luz da legislação brasileira
13. Del Pino et al. (2012)	A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente
14. Calderón (2013)	Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior
15. Do Vale e Mancebo (2013)	Trabalho docente na educação superior: análises a partir da Redeestrado
16. Nascimento et al. (2013)	As possíveis influências da terceirização no trabalho docente e na formação docente

Fonte: Autores.

De modo geral, o que pode ser observado é que os trabalhos encontrados partem de um conjunto de questionamentos análogos entre os pesquisadores da área. Para uma melhor orientação nas discussões, a problemática será apresentada a partir de três eixos temáticos. Inicialmente, apresenta-se um conjunto de estudos que tratam acerca do processo de terceirização da docência por meio de cooperativas de mão de obra no Brasil. Posteriormente, destaca-se os respectivos efeitos negativos nas condições de trabalho do

professor universitário. Por fim, apresentam-se as consequências deste processo do ponto de vista legal e ético.

### **O cooperativismo e a precarização do trabalho docente no Brasil**

Com base nos estudos encontrados, a precarização do trabalho docente, relacionada a terceirização por meio de cooperativas de mão de obra, foi estudada sob diferentes pontos de vista, tais como: relacionada à saúde do professor; à forma como afeta o ensino; o que leva o professor a aceitar essa condição; os motivos que levam a essa problemática; e a perspectiva da educação à distância.

Neste sistema o professor recebe um pagamento maior pela hora de trabalho, em contrapartida, não recebe benefícios sociais e trabalhistas. Trata-se, logo, de um sistema que se sustenta na violação dos princípios fundamentais do cooperativismo, principalmente a livre adesão, uma vez que, para trabalhar, o professor é coagido a se associar a uma cooperativa (CALDERÓN, 2013; CALDERÓN; LOURENÇO, 2011). Neste sentido, a relação mercantil que se estabelece entre o professor e a instituição de ensino é explícita.

Quanto aos estudos que enfatizaram como esse modelo de contratação afeta o professor, Santos (2012), por exemplo, em uma pesquisa realizada em universidades privadas na Cidade de Campinas, interior de São Paulo, apontava para a desqualificação do ensino superior diante do desenvolvimento mercantilista do ensino e a instabilidade profissional docente, que os conduzem ao acúmulo de tarefas, à associação a terceirização de serviços e às consultorias científicas para composição de renda. Neste sentido, direciona-se para um conceito de “exclusão includente”, referindo-se às estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal e incluí-lo de forma precária através de mecanismos tais como: a (re)contratação do trabalhador com salários mais baixos na própria empresa e/ou através de empresas terceirizadas; a prestação de serviços como autônomo; a ampliação escamoteada da jornada de trabalho; a ameaça constante de demissão; e por fim, a crescente concorrência entre os trabalhadores.

Neste cenário do ensino superior, a tríade ensino-pesquisa-extensão, necessária para o desenvolvimento acadêmico e para uma transformação social, perde lugar para um desempenho universitário baseado na lógica produtivista, resultado do rebaixamento do quadro de professores e das remunerações; do aumento do número de alunos; da substituição de professores doutores e experientes por especialistas e graduados; e da rotatividade de contratados (SANTOS, 2012).

Outro fator destacado por Santos (2012) é a evidência meritocrática e mercadológica, que avalia os professores em termos de produtividade expressa pela quantidade de produção, encontrando um contraponto entre o desenvolvimento tecnológico e as produções acadêmicas. Leva-se também à superficialidade e à repetição dos conhecimentos, sem que haja uma avaliação atenta acerca da qualidade dessas produções.

Em outro estudo, Raffa et al. (2012) por meio de pesquisa bibliográfica e informações levantadas de professores de IES privadas, discutiram a precarização do trabalho docente, como estratégia administrativa de redução de custos. Os resultados encontrados indicaram que as ações das IES privadas estão submetendo os docentes às mais variadas formas de precarização do seu trabalho, assim os profissionais não apresentavam qualidade de vida aceitável para exercer suas funções de trabalho com efetividade. Especificamente, o salário e o excesso de trabalho foram apontados como fatores que comprometem as expectativas dos docentes de almejar o crescimento e a realização profissional. Por ser a atividade docente eminentemente intelectual, infere-se que tais fatores têm como consequência o aumento do nível de estresse dos docentes, prejudicando sua vida pessoal, profissional e social e, resultando assim, na precarização do ensino superior no Brasil. Em resumo, conforme os autores deste estudo, os docentes estariam sofrendo os reflexos de uma educação puramente mercantilista.

### **Como o professor é afetado sob uma perspectiva histórico dialética?**

Igualmente aos estudos de Santos (2012) e Raffa et al. (2012), mas sob uma perspectiva do materialismo histórico dialético, Tavares (2008) realizou uma pesquisa bibliográfica e documental na qual buscou investigar como são estabelecidos os alicerces das relações de trabalho na educação superior em relação aos aspectos de perfil profissional, a escolarização, a representação da função docente e a percepção dos professores quanto às condições de trabalho. Considerou-se, ainda, a mudança nas relações de trabalho bem como papéis exercidos no contexto educacional, caracterizado pela submissão ao mercado de acordo com as orientações e políticas educacionais implementadas. O autor concluiu que as condições de trabalho docente estão piorando de forma sistemática devido a esse profissional se acomodar a situação precária, a qual está submetido no sistema educacional. Tal conclusão foi embasada nas seguintes problemáticas:

desarticulação da categoria; diminuição dos postos de trabalho; falta de apoio do sindicato; compartimentalização das funções educacionais; dicotomização entre o pensar e o fazer; excesso de força de trabalho no mercado; e redução do poder de compra.

Frente a essas questões Tavares (2008) sugere algumas propostas para o estado agir frente a precarização do trabalho docente e as novas relações de trabalho, a saber: participação ativa do ministério do trabalho por meio de fiscalizações com caráter interventivo; valorização da formação do docente por meio do estabelecimento de obrigatoriedade às instituições de ensino superior em contratar percentual de mestres e doutores; autonomia dos sindicatos e obrigatoriedade de criação de associações docentes para representação perante os dirigentes das instituições de ensino superior; e a implementação de política de acompanhamento efetivo dos planos de carreira apresentados por estas instituições.

Gonçalves e Silva (2013) também enfatizaram a forma como a terceirização afeta o professor, mas relacionada a outros setores. Estes autores investigaram “se” e “como” a terceirização de outros setores de uma universidade pública poderia influenciar no trabalho desempenhado pelos docentes. Por meio de entrevistas realizadas com professores de uma instituição pública, foi verificado que tal hipótese poderia ser sustentada. Nessas entrevistas os professores, indicaram os diversos setores que sofreram terceirizações e fizeram suas avaliações a partir destes. Os setores foram: transporte, alimentação, biblioteca, tecnologia da informação e comunicação, e segurança. Os achados apontaram que as condições advindas desse processo podem comprometer o envolvimento profissional do docente com a instituição, precisamente na relação ensino-aprendizagem. Constatou-se que a maioria dos colaboradores das entrevistas acreditava que os prejuízos atingem diretamente a motivação e o desgaste físico do professor, devido principalmente ao acúmulo de atividades.

No que diz respeito ao prejuízo no ensino, Calderón et al. (2008a) realizaram uma pesquisa de método qualitativo, cujos resultados apresentaram-se a partir de uma análise de conteúdo de dez entrevistas realizadas com os próprios professores universitários cooperados (quatro especialistas, três mestres e três doutores), que atuavam em quatro IES privadas do Estado de São Paulo. Os autores verificaram que esse tipo de contratação pode afetar a sala de aula, justamente na qualidade do ensino, pois esta situação atinge a motivação do professor e impossibilita o compromisso e o envolvimento profissional do docente com a instituição educacional, colocando em risco o processo ensino-aprendizagem. No discurso da maioria dos professores se verificou uma desorganização entre a teoria e a prática, no que tange à formação dos alunos e a realidade trabalhista. “Por um lado, o papel social do docente; por outro, um cotidiano laboral marcado pela exploração e desvalorização profissional, ausência de direitos e fragilização da autoestima” (CALDERÓN et al. 2008a, p. 207).

Esses autores buscaram entender, ainda, o porquê de os professores se submeterem a esse tipo de contratação. Os mesmos constataram que a maioria dos professores não está em início de carreira nem possui baixa titulação acadêmica. De acordo com os dados do estudo, o motivo pelo qual os professores se submetem a trabalhar nesse modelo contratual é a necessidade financeira, a necessidade de sobrevivência familiar e a falta de opção no mercado de educação superior.

Há, no entanto, uma insatisfação generalizada frente ao mencionado. Os depoimentos manifestaram posicionamentos ambíguos em relação ao docente e seu modelo contratual: “De um lado, o prazer de trabalhar em sala de aula; de outro, desânimo, desmotivação, desvalorização e precarização da função docente” (CALDERÓN ET AL., 2008a, p.203), o que corrobora com Danelon (2015), quando este afirma que além de problemas ético-legais, a terceirização pode aumentar a desvalorização da atividade docente e diminuir a motivação para o trabalho em sala de aula.

Em relação aos motivos que contribuem para essa situação, destaca-se a pesquisa realizada por Oliveira e Gonçalves (2008). Estes autores observaram que, em países como Brasil, Colômbia e Argentina é possível encontrar alguns pontos em comum que contribuem para precarização do trabalho. Entre eles, aponta-se para a existência de uma pequena disponibilidade de professores e de cargos estáveis para o exercício da docência; reduzidas oportunidades de uma formação superior de qualidade, pública e gratuita para quem postula a carreira docente, especialmente em regiões mais pobres; insuficientes investimentos destinados às instituições de educação nos diferentes níveis; proliferação da oferta privada de capacitação com qualidade duvidosa; privatização da oferta pública de formação em um mercado de aperfeiçoamento com qualidade questionável; alto número de alunos por professor em todos os níveis de escolarização, em quase todos os casos superando os países desenvolvidos; precárias condições de trabalho pedagógico; baixos patamares salariais; e em relação à saúde do trabalhador, verifica-se alto índice de enfermidades laborais.

Oliveira e Gonçalves (2008) sustentam que a instabilidade profissional e o aumento da privatização educacional, são exemplos de precarização da educação pública, e se manifestam como fatores do aumento

do adoecimento docente. A privatização da educação aumenta exploração do trabalho docente, mas também aumenta a absorção de mão de obra, fazendo emergir um outro expoente importante desse processo, o aluno como produto para o mercado, enquanto os professores inseridos em uma lógica mercadológica e identificados como prestadores de serviços.

Por último, sob a perspectiva da educação à distância, Del Pino, Grützmann e Palau (2011) chamaram atenção para os programas de educação a distância nas instituições federais de ensino. Estes autores realizaram uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar a organização do trabalho docente em programas de educação a distância destas instituições. Especificamente, foram investigados os programas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil) por meio dos cursos de Licenciatura em Matemática a Distância da UFPel e do curso Técnico em Biocombustíveis do IF Sul-rio-grandense.

O referido estudo constatou que os dois programas apresentam estruturas docentes muito parecidas, funcionando com a concessão de bolsas que se diferem de acordo com a função que o bolsista desempenha no programa. São essas bolsas que dão forma aos novos processos de trabalhos docentes. Uma função, em especial, merece destaque nesse tipo de ensino: a função de tutor. Enquanto os professores se ocupam das tarefas de concepção, elaboração e planejamento, os tutores são responsáveis pela execução do processo, acompanhando as atividades discentes, e estando permanentemente em contato com os estudantes. Visto que a função dos tutores se configura como sendo de orientação da aprendizagem muito mais do que de instrução, para os autores deste estudo, há um enfraquecimento do processo de ensino, com uma separação cada vez mais significativa entre o professor e o aluno (DEL PINO et al., 2011).

Del Pino et al. (2011) relataram, ainda, que a divisão de tarefas entre os níveis do trabalho, assim como a terceirização de funções docentes, propicia o aumento de profissionais sem vínculo empregatício nas instituições federais de ensino. Para os mesmos, a precarização, a flexibilização e a fragmentação estão vinculados a este tipo de organização, que é a lógica mercantil de flexibilização do trabalho.

### **A terceirização do trabalho docente do ponto de vista legal e ético**

Embora menos relatada do que a temática do tópico anterior, a discussão da problemática da terceirização por meio de um ponto de vista legal e ético também foi apontada em algumas pesquisas. Dentre os estudos encontrados, destacam-se discussões acerca de como se deu a expansão por meio do cooperativismo ilegal; de como os sindicatos e a justiça do trabalho se posicionam em relação a esse problema; e como se dá essa questão sob o ponto de vista da responsabilidade social e do desenvolvimento humano.

A questão da expansão por meio do cooperativismo ilegal foi tratada no estudo de Calderón e Lourenço (2011). Esses autores, por meio de uma pesquisa documental, enfatizaram a reconstrução da cronologia dos fatos, do seu entendimento legal e do mapeamento da sua expansão geográfica a partir da identificação de casos concretos que envolveram a atuação da Justiça do Trabalho, do Ministério Público e outros órgãos do Poder Público. Foram localizados entre matérias jornalísticas, 17 documentos datados entre 2005 a 2007, fato que demonstra como a terceirização de professores constitui um fenômeno bastante recente, típico da década.

Do ponto de vista histórico, segundo Calderón e Lourenço (2011), foi a Faculdade Sumaré, localizada na cidade de São Paulo, que iniciou no ano 2000 o processo de terceirização da docência por meio de cooperativa. De 2000 a 2005, o modelo se ampliou sem atrair a atenção da mídia. No entanto, em 2005, as cooperativas de mão de obra docente começaram a ganhar espaço na imprensa, trazendo polêmicas, dúvidas e incertezas em torno da sua legalidade, do comprometimento da qualidade da educação e da precarização do trabalho docente. O Ministério Público se posicionou e questionou a terceirização de professores, ganhando ênfase o caso da Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac. O Conselho Nacional de Educação (CNE) também se colocou contrário ao sistema, não aprovando o funcionamento do curso de Direito das Faculdades Integradas Torricelli, localizadas em Guarulhos.

Ainda segundo esses autores, em 2007, observou-se um consenso existente no cenário educacional, também com o posicionamento do MEC, em torno da ilegalidade da contratação de professores por meio de cooperativas, uma vez que as IES que adotaram esse sistema foram rigidamente punidas pela Justiça do Trabalho, condenadas a pesadas multas e indenizações ou fizeram um acordo com o MP. Referente a incidência geográfica das investigações, as denúncias ocorreram principalmente na região sudeste, especificamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e no Distrito federal.

Em relação a discussão sobre o posicionamento dos sindicatos acerca da questão, destaca-se a pesquisa de Calderón et al. (2008b), a qual aborda a forma como os principais sindicatos de professores universitários

da rede particular de ensino do país têm atuado, por meio de cooperativas que agem no âmbito da educação superior particular. Esses autores realizaram uma análise de conteúdo a partir de 41 documentos, referentes à terceirização de professores por meio de cooperativas, realizada de agosto de 2006 a agosto de 2007, nos sites dos sindicatos dos professores da rede particular e/ou órgãos semelhantes dos 26 estados da República, além do Distrito Federal.

Observou-se uma maior incidência de documentos sindicais nos estados das regiões Sul e Sudeste do país, sendo que em apenas dez estados foram encontrados documentos sindicais relacionados ao tema em estudo. A pesquisa realizada enfatizava para uma atuação conjunta, mesmo que não pactuada, entre sindicatos, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Justiça do Trabalho. O discurso sindical apoia-se nas próprias sentenças e nos processos judiciais dos casos analisados. Os autores apontaram que a “opinião dos sindicatos pesquisados é única e homogênea: a maioria das cooperativas agia objetivando fraudar a legislação trabalhista, os direitos do trabalhador e os princípios cooperativistas” (CALDERÓN et al., 2008b, p 157).

No que diz respeito ao posicionamento da justiça do trabalho, destaca-se a pesquisa realizada por Calderón e Lourenço (2009), os quais buscaram identificar os casos de punições às IES que utilizam de cooperativas fraudulentas como uma forma de terceirização dos docentes. Na pesquisa, verificou-se a atuação da Justiça do Trabalho frente a esta problemática, cujas ações eram de punição às IES que adotam os contratos via cooperativas, condenando-as à multas e indenizações. Examinou-se ainda o caráter pedagógico das indenizações e das multas atribuídas pelos Magistrados, as quais funcionavam como um sinal de alerta dado pela Justiça do Trabalho, visando coibir esse modelo contratual.

Foram identificados cinco casos concretos, largamente divulgados no meio sindical, que se tornaram referências em termos de decisões judiciais, divulgando as particularidades da realidade das cooperativas e incentivando denúncias contra IES que as usam de forma fraudulenta. Os casos das instituições Universidade de Braz Cubas (UBC), Faculdade de Sumaré, Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP), Faculdade AD1, e das Faculdades Integradas Torricelli foram analisados pelos autores (CALDERÓN; LOURENÇO, 2009). A análise dos casos permite constatar não somente o afinamento, em termos discursivo, existente entre sindicatos de professores, MPT e Justiça do Trabalho, mas também a complementaridade na forma de atuação.

Do ponto de vista da responsabilidade social, Calderón (2013) aborda o tema da terceirização da docência. Esse autor destaca a responsabilidade social nas universidades, a qual se refere a todo o esforço que as IES devem aplicar para cumprir uma boa condição de ensino para indivíduos na graduação ou na pós-graduação. O autor aponta, entretanto, que práticas como a terceirização de professores por meio de cooperativas fraudulentas, distorcem os princípios de responsabilidade social e ética, à medida que rompem com os princípios norteadores do real cooperativismo e coloca em risco a própria qualidade do ensino.

Por último, em relação ao desenvolvimento humano, há um distanciamento entre teoria e prática. A medida que “os alunos aprendem ética, cidadania, respeito à lei, aos trabalhadores e aos direitos humanos, na prática institucional, eles aprendem, com o exemplo da própria IES, formas de explorar o trabalhador, de burlar a lei e de evadir impostos” (CALDERÓN, 2013, p. 496).

## **CONCLUSÃO**

A terceirização nas Instituições de ensino superior (IES) constitui-se uma prática comum com sustentação legal no Brasil, nas chamadas atividades-meio, como limpeza, segurança, jardinagem, assessoria jurídica, entre outros. Entretanto, a problemática estudada se intensificou quando a terceirização pode se expandir também à chamada atividade-fim e aos responsáveis pela condução da relação ensino/aprendizagem, ou seja, aos docentes (CALDERÓN et al., 2008a).

Os resultados discutidos no presente artigo buscaram reunir estudos dos últimos 10 anos que tratam desta temática no Brasil. Assim, inicialmente, foram relatados resultados de estudos nacionais sobre como se deu o processo de terceirização da docência em nosso país por meio de cooperativas de mão de obra, e seus respectivos efeitos negativos nas condições de trabalho do professor universitário. Posteriormente apresentou-se as consequências deste processo do ponto de vista legal e ético.

O problema abordado neste estudo surgiu no ano 2000, mais precisamente quando a primeira Universidade adotou o sistema de terceirização da atividade profissional do professor universitário por meio de cooperativas. Ou seja, considera-se um tema relativamente recente no Brasil e que ainda há poucos estudos que se debruçam sobre a precarização decorrentes deste processo.



As abordagens verificadas se pautaram, principalmente, em materiais (artigos, dissertações e teses) de cunho teórico e resultantes de pesquisas de natureza documentais e qualitativas, por meio de entrevistas, por exemplo. Percebeu-se uma necessidade de estudar a relação entre a terceirização e a precariedade do trabalho do docente brasileiro de forma mais profunda. Compreender as consequências deste tipo de modelo contratual na qualidade de vida, na saúde mental de forma geral e no processo de ensino-aprendizagem, pode se tornar uma ferramenta fundamental para melhorar a condição de trabalho da categoria e a formação superior de indivíduos, seja em instituições públicas ou privadas.

Deste modo, torna-se necessário uma maior unidade entre teoria e prática, do ponto de vista ético e do desenvolvimento humano. Afinal, o estudante que ingressa em uma IES na qual o próprio professor (figura central, promovedor e facilitador do conhecimento) não tem uma ligação efetiva com a instituição, tem seus direitos trabalhistas prejudicados, seu trabalho precarizado, é dependente de uma cooperativa que burla os princípios da jurisprudência, certamente, não terá acesso a valores como a ética e respeito às leis. Além disso, tal estudante correrá o risco de ter seu direito fundamental de uma educação de qualidade burlado.

Apurou-se, ainda, que os diversos órgãos, como o MPT, a Justiça do trabalho, o MEC, os Sindicatos dos professores e mesmo a mídia, vinham se posicionando de forma satisfatória de modo a coibir, investigar e punir Universidades e faculdades que se utilizam de terceirizações ilegais como uma forma de diminuição de custos e aumento de lucros. Entretanto, as pesquisas documentais apontaram para ocorrências direcionadas somente para as regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal. Com o avanço desordenado de IES em todas regiões brasileiras, sugere-se que estas questões sejam levantadas também nas regiões norte e nordeste.

No tocante a esta problemática, através dos achados teóricos abordados, verificou-se que a terceirização do docente apresenta uma vasta consequência que atinge vários aspectos da vida pessoal e profissional do professor. Mostrou-se, ainda que a tendência de terceirização afeta a qualidade da educação e formação de novos profissionais em nosso país.

Como observado, os autores que se debruçam sobre os problemas que a terceirização acarreta no trabalho docente são poucos. Deste modo, a partir da análise da literatura, evidenciou-se a necessidade da realização de estudos que identifiquem as inter-relações entre as condições de trabalho a que são submetidos os docentes terceirizados e os processos consequentes, como os de saúde-adoecimento. A partir destes estudos, intervenções podem ser pensadas e implementadas do ponto de vista legal e por empresas que, posteriormente, se transformem em melhorias nas condições de trabalho a que são submetidos esses profissionais.

## REFERÊNCIAS

- ANES, R. R. M. Ensino superior e reestruturação produtiva: os impactos no trabalho do professor. *Revista Profissão Docente*, v. 15, n. 33, p. 47-60, 2016. ISSN:1519-0919. Disponível em: <<http://www.revistasdigitais.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1008>> Acesso em 26 Mar. 2017.
- BRASIL, Projeto de Lei 4302/1998, de 22 de março de 2017. Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, e dá outras providências. *Diário da Câmara dos Deputados*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 mar. 2017. Seção I, p. 7362. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20794>> Acesso em 26 Mar. 2017.
- CALDERÓN, A. I. et al. Terceirização na educação superior: o trabalho do docente por meio de cooperativas de mão-de-obra. *Eccos: Revista científica*, p. 189-212, 2008a. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71510110>> Acesso em 26 Mar. 2017.
- CALDERÓN, A. I. et al. Educação superior: o sindicalismo e as cooperativas de professores. *Universidade e Sociedade*, p. 149-159, 2008b. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/Universidade%20e%20Sociedade.pdf>> Acesso em 26 Mar. 2017.
- CALDERÓN, A. I.; LOURENÇO, H. S. Ensino superior particular: terceirização e exploração do trabalho docente. *Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais*, n. 5, 2009. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14062/10363>> Acesso em 26 Mar. 2017.
- CALDERÓN, A. I.; LOURENÇO, H. S. Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 143, p. 642-659, 2011. ISSN: 0100-1574. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/107/114>> Acesso em 26 Mar. 2017.

CALDERÓN, A. I. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior. *Trabalho, Educação & Saúde*, v. 11, n. 3, p. 487-501, 2013. doi. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000300003>

DANELON, L. Implicações do processo de terceirização da prática docente à luz da legislação brasileira. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 16, n. 23, 2015. ISSN: 1415-6561. Disponível em <<http://sare.anhanguera.com/index.php/rcger/article/view/3059/1548>> Acesso em 26 Mar. 2017.

OLIVEIRA, C. B.; GONÇALVES, G. B. B. Precarização do trabalho docente na Argentina, Colômbia e Brasil: um estudo comparado. In: Segundo Congresso Nacional/ Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados En Educación. 2008, Buenos Aires. Anais do Segundo Congresso Nacional/ Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados en Educación. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/precarizacao-do-trabalho-docente-na-argentina-colombia-e-brasil.htm>> Acesso em: 26 Mar. 2017.

DEL PINO, M. A. B.; GRÜTZMANN, T. P.; PALAU, R. C. N. A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Educação*, n. 38, 2011. ISSN: 2178-079X. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1549/1456>> Acesso em 26 Mar. 2017.

DIONÍSIO, A. S. A (in) constitucionalidade do projeto de lei da câmara Nº 30/2015. Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 2, n. 1, p. 85-85, 2016. ISSN: 2525-5126. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1665/1128>>. Acesso em 26 Mar. 2017.

DRUCK, G. Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 6, 2016. doi. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00146315>

LE MOS, D. V. S. Precarização do trabalho docente e os impactos na saúde—o professor no seu limite. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, n. 1, 2013. ISSN: 2317-1219. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7028/8359>> Acesso em 26 Mar. 2017.

MANDARINI, M. B.; ALVES, A. M.; STICCA, M. G. Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 16, n. 2, p. 143-152, 2016. doi. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2016.2.661>

MARCELINO, P. R. P. et al. Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2008.

RAFFA, L. O. et al. Precarização do trabalho docente: descompassos da administração de instituições privadas de ensino superior. *Faculdades Network—Revista da Faculdade de Administração*, v. 6, n. 1, 2012. ISSN 1983-3989. Disponível em: <<http://www.nwk.edu.br/intro/wp-content/uploads/2014/05/ADM-2012.pdf#page=12>>. Acesso em 26 Mar. 2017.

SANTOS, S. D. M. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*, n. 46, 2012. doi. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000400016>

SERAFIM, M. P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011. doi. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772011000200002>

SGUISSARDI, V.; SEGRERA, F. L.; RIVAROLA, D. M. Mercantilização e intensificação do trabalho docente: traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. *Asunción: Ediciones y Arte*, p. 295-315, 2010.

TAVARES, A. L. S. et al. A precarização do trabalho docente da educação superior: um estudo sobre a contratação temporária de docentes no Universidade do Estado do Pará. *Dissertação (Mestrado em Educação)*. Belém do Pará: Universidade Federal do Pará, 2011.

**MINIBIOGRAFIA**

**Josemberg Moura de Andrade** ([josemberg.andrade@hotmail.com](mailto:josemberg.andrade@hotmail.com))  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2611-0908>

Doutor e Mestre em Psicologia Social e do Trabalho na área de Avaliação e Medida pela Universidade de Brasília. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO), ambos na Universidade de Brasília (UnB). É membro da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (Satepsi), professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde (UFPB).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1760765397044137>



**Kaline da Silva Lima** ([kaline.s.lima@hotmail.com](mailto:kaline.s.lima@hotmail.com))  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6127-5815>

Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Modelos de Decisão e Saúde (UFPB). Graduada em Psicologia (UFPB).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7658049574918076>



**Hemerson Fillipy Silva Sales** ([fillipysilva@hotmail.com](mailto:fillipysilva@hotmail.com))  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5603-0960>

Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Neurociência Cognitiva e Comportamento (UFPB). Graduado em Psicologia (UFPI).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7452026727249735>



**Thais Fernanda Leite dos Santos Souza** ([thaisfernandaleite@yahoo.com.br](mailto:thaisfernandaleite@yahoo.com.br))  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5548-8371>

Graduada em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil, Especialista em Avaliação Psicológica pelo IPOG. Atualmente é membro da comissão de avaliação psicológica do Conselho Regional de Psicologia (CRP 13) e atua na área clínica e do Trabalho.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6740832531800742>